

OTC-Organização dos Trabalhadores Científicos

Rua Capitão Ramires, 6-4ºF 1000-085 Lisboa, Portugal

NIF 500888825

Website: <https://otc.pt/wp/>

Facebook: www.facebook.com/otc.pt

Instagram: <https://www.instagram.com/otc.ciencia/>

Canal YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCc6D6jMs02t9-rcZJL6V2YA>

e-mail: contacto@otc.pt

Um documento de reflexão sobre a política científica

A precariedade científica não é inevitável, é uma escolha política

A redução da precariedade científica exige reformas estruturais que vão muito além da criação pontual de mecanismos de financiamento temporário ou de iniciativas de emprego de curto prazo. Uma vez que a precariedade está incorporada na própria organização do trabalho científico, reformas eficazes devem abordar simultaneamente os modelos de financiamento, as estruturas de carreira, os sistemas de avaliação das instituições de investigação e dos investigadores, bem como a governação institucional.

Uma primeira prioridade diz respeito ao reequilíbrio entre o financiamento competitivo baseado em projectos e o financiamento institucional estável. Nas últimas décadas, muitos sistemas de investigação têm vindo a transferir progressivamente os recursos para bolsas competitivas, programas de curta duração e mecanismos de afectação baseados no desempenho. Embora estes instrumentos possam estimular a produtividade e a capacidade de resposta, uma dependência excessiva do financiamento competitivo enfraquece a continuidade institucional e transfere níveis crescentes de incerteza para os investigadores. As instituições de investigação necessitam de um financiamento de base suficientemente robusto para manter programas científicos de longo prazo, criar posições estáveis e assegurar a continuidade da investigação, independentemente dos ciclos de financiamento. Sem um reforço do financiamento institucional de base, as políticas de estabilização correm o risco de permanecer marginais ou meramente simbólicas.

Em segundo lugar, as políticas de financiamento devem articular-se de forma mais coerente com as políticas de recursos humanos. Muitos sistemas continuam a formar grandes contingentes de doutorados e investigadores de pós-doutoramento sem que existam perspectivas correspondentes de carreiras estáveis a longo prazo. Este desfasamento contribui para o prolongamento do emprego temporário, para a mobilidade repetida e para o atraso na estabilização profissional. As autoridades públicas e as instituições de investigação devem, por conseguinte, alinhar de forma mais realista a capacidade de formação doutoral, as estratégias de recrutamento e o planeamento de longo prazo da força de trabalho científica. Os programas de investigação que geram atividade científica sustentada devem incorporar progressivamente mecanismos que favoreçam a conversão de posições temporárias em postos permanentes ou em carreiras do tipo *tenure-track*.

Em terceiro lugar, são essenciais percursos de carreira mais claros e transparentes. Um dos principais factores associados à precariedade científica é o prolongamento das fases probatórias, caracterizadas por critérios de avaliação incertos e por horizontes de estabilização imprevisíveis. Os sistemas que combinam percursos transparentes de acesso à estabilidade, critérios previsíveis de progressão e carreiras estruturadas tendem a limitar mais eficazmente a precariedade de longo prazo do que aqueles dominados por contratos

fragmentados de curta duração. Para além da transparência, os percursos de estabilização devem também ser tão curtos quanto razoavelmente possível. Períodos excessivamente longos de emprego temporário reduzem a atractividade das carreiras científicas, atrasam a autonomia profissional e podem desencorajar investigadores talentosos de permanecer no sistema científico. Tal não implica eliminar todas as posições temporárias, que continuam a ser necessárias em determinados contextos de investigação, mas sim reduzir as sucessões indefinidas de contratos temporários sem perspectivas realistas de estabilização.

Em quarto lugar, os próprios sistemas de avaliação dos investigadores e das unidades de investigação necessitam de uma reforma profunda. A concentração excessiva da avaliação académica em indicadores bibliométricos, no número de publicações e na capacidade de obtenção de financiamento intensifica a competição e a insegurança profissional. Modelos de avaliação mais equilibrados deverão reconhecer a pluralidade das contribuições académicas, incluindo o ensino, a orientação, as infra-estruturas científicas colectivas, a colaboração interdisciplinar, as práticas de ciência aberta e o envolvimento com a sociedade. Reduzir a sobrevalorização dos indicadores quantitativos é particularmente importante para incentivar investigação inovadora, de longo prazo e de elevado risco, que nem sempre produz resultados publicáveis de forma imediata.

Em quinto lugar, as respostas políticas devem integrar explicitamente as dimensões sociais e humanas das carreiras científicas. A precariedade não constitui apenas uma questão administrativa ou contractual; afecta a saúde mental, o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, o planeamento familiar, a igualdade de género e a sustentabilidade global do percurso profissional escolhido. A concentração da instabilidade entre investigadores em início de carreira pode afectar de forma desproporcionada as mulheres, os investigadores internacionais e as pessoas com menores recursos económicos, reforçando desigualdades já existentes nos sistemas científicos. As políticas destinadas a combater a precariedade devem, por isso, incluir medidas relacionadas com o bem-estar, a protecção social, o apoio à parentalidade, a igualdade e a inclusão institucional.

Em sexto lugar, a dimensão internacional da precariedade científica exige maior atenção. As desigualdades nas estruturas de carreira contribuem para fluxos assimétricos de mobilidade e reforçam as hierarquias globais da produção de conhecimento. Os sistemas mais bem financiados atraem cada vez mais investigadores altamente qualificados provenientes de países com menor capacidade institucional ou sujeitos a instabilidade prolongada, contribuindo para o agravamento cumulativo das desigualdades científicas. As políticas de cooperação internacional devem, por conseguinte, procurar não apenas estimular a mobilidade e a excelência, mas também reforçar capacidades sustentáveis de investigação em diferentes regiões e contextos institucionais.

Por último, as estatísticas existentes distinguem frequentemente apenas entre emprego temporário e permanente, sem captar adequadamente a duração das trajectórias precárias, a mobilidade involuntária, os percursos de pós-doutoramento, as saídas da academia ou as transições para emprego estável. O desenvolvimento de indicadores mais robustos, comparáveis internacionalmente e capazes de refletir a complexidade das carreiras científicas constitui um requisito essencial para fundamentar políticas públicas mais eficazes.

Em conjunto, estas considerações sugerem que a redução da precariedade científica exige uma reflexão mais ampla sobre a governação dos sistemas científicos contemporâneos. O desafio não consiste apenas em melhorar as condições de emprego dos investigadores, mas também em preservar as condições institucionais e epistemológicas necessárias para uma produção científica sustentável a longo prazo. Sistemas organizados em torno de uma

incerteza permanente podem gerar flexibilidade no curto prazo, mas correm o risco de enfraquecer, ao longo do tempo, a continuidade científica, a autonomia e a capacidade colectiva do capital humano envolvido na ciência e na educação.

A precariedade científica tornou-se uma característica estrutural e global dos sistemas contemporâneos de investigação. Embora as suas formas variem consideravelmente entre países e regiões, o emprego temporário, a estabilização tardia, a dependência do financiamento competitivo e as trajetórias profissionais fragmentadas constituem actualmente dimensões normalizadas do trabalho científico, e não situações excepcionais ou transitórias.

A precariedade científica não pode ser explicada apenas por um investimento insuficiente em investigação e desenvolvimento (I&D). Níveis elevados de despesa em investigação podem coexistir com uma instabilidade prolongada, enquanto sistemas subfinanciados enfrentam formas adicionais de vulnerabilidade associadas à reduzida capacidade institucional, à instabilidade macroeconómica e à limitada absorção de investigadores altamente qualificados. Em todas estas configurações, os factores decisivos residem menos na quantidade absoluta de recursos do que na arquitectura institucional das carreiras, na organização dos mecanismos de financiamento, no equilíbrio entre emprego temporário e permanente e nos princípios de governação que estruturam os mercados de trabalho científico.

A precariedade científica deve ser compreendida como parte de transformações mais amplas que afectam a governação da produção de conhecimento sob formas de regulação competitivas e *managerialistas*. As universidades e as instituições de investigação operam cada vez mais sob pressões associadas aos *rankings* internacionais, aos indicadores de produtividade, aos ciclos de financiamento de curto prazo e à flexibilidade orçamental. Nestes contextos, o emprego precário torna-se funcionalmente integrado nas estratégias institucionais de adaptação. Contudo, essa flexibilidade pode comprometer precisamente as condições de que depende uma actividade científica sólida: autonomia intelectual, continuidade de longo prazo, acumulação colectiva de conhecimento e capacidade para desenvolver agendas científicas ambiciosas que ultrapassem os retornos imediatos dos sistemas de avaliação.

A precariedade científica coloca, assim, questões simultaneamente sociais, institucionais e epistemológicas. A instabilidade persistente afecta não apenas as condições de emprego, mas também a qualidade, a orientação e a sustentabilidade da própria produção científica. Sistemas organizados em torno da incerteza prolongada tendem a favorecer o *curtoprazismo*, a fragmentação e o conformismo estratégico, desencorajando formas de investigação inovadoras, de longo prazo e socialmente necessárias.

Enfrentar a precariedade científica não constitui, por conseguinte, uma questão laboral secundária, mas uma condição central para assegurar a coerência e a resiliência futuras dos sistemas científicos contemporâneos. Em sociedades que dependem cada vez mais do conhecimento científico para responder a desafios complexos de longo prazo — incluindo as alterações climáticas, as transições energéticas, as crises de saúde pública, as transformações tecnológicas e as mudanças sociais — é contraditório organizar a produção científica sobre bases profissionais estruturalmente instáveis.

A precariedade académica e científica constitui, em última análise, uma questão de escolha política. Nesta perspectiva, a persistência da precariedade não deve ser interpretada como uma consequência inevitável da expansão científica, mas antes como o resultado de prioridades políticas relativas à afectação do financiamento, às estruturas de emprego e à governação da investigação. Uma vez que as estruturas de emprego, os regimes de

financiamento e a arquitectura das carreiras são largamente moldados por decisões de política pública, é pouco provável que melhorias duradouras resultem apenas de reformas institucionais. Os governos desempenham, por isso, um papel decisivo na definição do equilíbrio entre flexibilidade e estabilidade nos sistemas de investigação.

A Direcção
3 de Julho de 2026